

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

REQUERIMENTO nº **1260/2020**

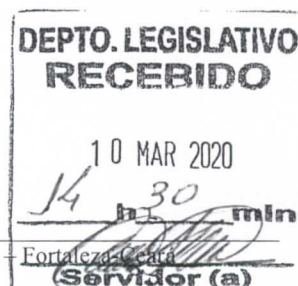
**EMENTA:** Requer a inserção nos Anais desta Casa Legislativa a matéria publicada no Jornal diário do Nordeste do dia 06/03/2020 **Fim da greve quem tinha razão?**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.**

*O Vereador subscrito, no uso de suas atribuições e na forma regimental, vem com reciprocidade de respeito, à d. presença de Vossa Excelência, para requerer, após ouvida a Mesa, a inserção nos Anais desta Casa Legislativa matéria publicada no Jornal diário do Nordeste do dia 06/03/2020 Fim da greve quem tinha razão.*

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,  
EM 10, DE Março, DE 2020

  
VEREADOR CARLOS ALBERTO GOMES MESQUITA  
PROS





# FIM DA GREVE: QUEM TINHA RAZÃO?

Na terça-feira, 18 de fevereiro, foi dado, pelo menos oficialmente, o início do motim de parte dos policiais militares e de bombeiros do Ceará. Em 10 dias de movimento paredista, o Estado contabilizava 195 assassinatos.

Os números de gente morta por homicídio devem se aproximar dos 300. Ou podem ultrapassar. Até o fechamento desta edição, não dava para saber o número exato porque o Governo do Ceará viu o aumento crescente na violência e decidiu deixar de divulgar a estatística.

De pronto, o Ceará colocou a perder todo o esforço em controlar a criminalidade, que resultou na diminuição em mais de 50% dos homicídios, em 2019. Além disso, o empenho alcançado pela polícia, não só a militar, mas as outras esferas de segurança pública, por meio de negociações ao longo de décadas tendem ao enfraquecimento.

A própria sensação de segurança pela qual percebe o cidadão cearense também entra no jogo e fica em descrédito. Passa por aí ainda a confiança na polícia. Como confiar em um homem mascarado armado promovendo o terror? Qual a diferença entre ele e o membro da facção igualmente mascarado e armado plantando ameaças nas ruas?

A necessidade em valorizar o policial é uma demanda nacional, não apenas no Ceará. A questão da busca pelo reconhecimento e por melhores condições de trabalho, todas legítimas, acabaram servindo de palco para alguns membros se aproveitarem politicamente. Não de agora, mas há anos e resultou em oficializar os líderes de classe em parlamentares.

A demanda dos policiais aumentou, portanto, e a crise vinha sendo gestada em forno. A relação polícia x governo saltou para o plano político. Nesse cenário, quem perde? Em linhas gerais, a tropa e a sociedade.

Tanto o debate político quanto o debate à mesa de negociação avançaram pouco e serviram para acirrar os ânimos. A questão também não é polarizada de forma simples. Há o policial que se achou no direito de fazer atos próprios do crime organizado, como furar pneus de viaturas, mandar fechar estabelecimentos comerciais, usar máscaras, depredar o patrimônio público, dentre outros.

Existe o político que se aproveitou da situação para aparecer, como foi caso do Cabo Sabino, que de repente se articulou com Nina Carvalho, da Associação de Esposas de Policiais, e fez uso do cenário para atrair holofotes da corporação.

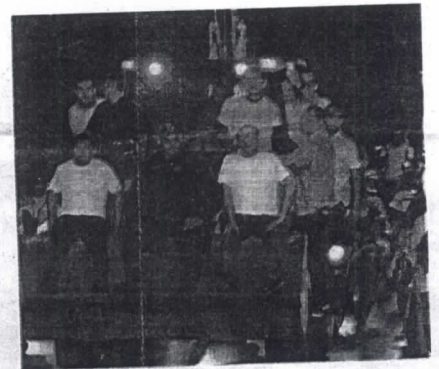
Para o consultor político Aurízio Freitas, "Sabino fez jogada de alto risco para se fortalecer politicamente, mas não colheu resultados", analisa.

Aurízio acredita que não houve nenhum ganho político, principalmente para Cabo Sabino, Camilo Santana e Cid Gomes. Para ele, Capitão Wagner não foi associado à greve. "Wagner foi o principal alvo político do Governo e da base aliada, e não foi atingido", comenta.

“

*Já Cid Gomes, teve sua imagem muito comprometida, precisará de longo período de abstinência política, além de colher consequência: jurídicas dos atos", Aurízio Freitas*

De acordo com Aurízio, as ações de Camilo Santana foram influenciadas pelo episódio de Cid Gomes, que lançou a retroescavadeira contra policiais amotinados. "Ele mostrou-se temperamental na condução do processo", diz.



O consultor aponta ainda que a Assembleia Legislativa sai perdendo porque propôs retaliar as associações militares, o que resultou em acirramento dos ânimos.

Já o Ministério Público sai ganhando porque "tomou à frente para colocar em prática o que já prevê a decisão do STF, que é a criação de comissão permanente para analisar os pedidos de aumento dos policiais militares", diz.

Aurízio afirma que, de imediato, quem ganha é a sociedade. "Quem ganha mais é a população com o retorno do serviço", conclui o consultor político.

Era noite do dia 20 de fevereiro, logo após o caso da retroescavadeira, em Sobral, quando o deputado federal Capitão Wagner desembarcou em Fortaleza trazendo à tiracolo uma comitiva de outros parlamentares, Major Fabiana (RJ) e Capitão Alberto Neto (AM). Wagner chega na Capital depois de ter visto o movimento iniciar e preferiu ter ficado em silêncio.

Os deputados de outros estados, por serem militares, vieram com o discurso de tentar dialogar com o governo. Na prática, porém, Major Fabiana

e Capitão Alberto defenderam o motim como legítimo. Sobrou para Capitão Wagner.

Líder que é, Wagner perdeu a oportunidade de amansar os correligionários. A omissão ou a demora resultou em um peso político de cunho negativo ao parlamentar, que, ao lado de Soldado Noélio, Sargento Reginauro e o próprio Cabo Sabino passaram a ser vistos como orientadores do movimento grevista pela sociedade.

Os avanços na mesa de negociação fraquejaram. Nenhum lado aparentava ter razão. Se a polícia apresentou, em meio ao caos, 18 pontos para encerrar o motim, a reivindicação, por mais que seja lícita e justa, demonstrou falta de tato para por panos quentes e chegar a um ponto factível de acordo.

Tanto Camilo Santana quanto a maior parte da Comissão formada por representantes dos poderes legislativo, judiciário e executivo, além de representantes do Ministério Público, Exército e Polícia Militar, endureceram.

O mais caro para a tropa (ou seus representantes) seria a anistia. E foi exatamente nesse ponto que Camilo não negociou. Ao contrário: enviou à Assembleia Legislativa uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC) para proibir a concessão de anistia em caso de greve ou motins de policiais militares, ainda na noite de sexta-feira (28/2).

Já na manhã de sábado (29/2), convocados pelo presidente da Casa, José Sarto, os deputados estaduais iniciaram os processos para aprovar a PEC. O deputado estadual André Fernandes,

contrário a votação em regime de urgência, pediu vista à matéria, o que atrasou a votação.

Soldado Noélio pediu que o governo fosse mais brando com as punições, mas afirma que quem cometeu irregularidades seja punido no rigor da lei. Nesse sentido, o Governo foi sensato e decidiu ter menos rigor nas punições previstas. Acertou Camilo.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que esteve na segunda-feira de Carnaval (24/2), em Fortaleza, também afirmou que o ato paredista é ilegal. No entanto, provavelmente para se chegar a um acordo de forma mais ágil, Moro disse que os policiais não podem ser vistos como criminosos.



*O governo federal vê com preocupação a paralisação. O policial não pode ser tratado de maneira nenhuma como um criminoso. O que ele quer é cumprir a lei e não violar a lei, mas de fato essa paralisação é ilegal, é proibida pela Constituição”, Sergio Moro*

A vinda de Moro ao Ceará agilizou o processo de negociação e devolveu à população a esperança da solução, que se concretizou neste domingo (1/3), após 13 dias de motim.

#### IMPRENSA

Em linhas gerais, a imprensa não consegue ajudar o cidadão a entender a celeuma da segurança pública. A questão não é apenas no Ceará. É nacional. O viés das matérias publicadas, lamentavelmente, tentou apresentar a problemática pelo discurso de Direita ou Esquerda.

Algumas coberturas sobre a crise tentaram jogar a greve e a insubordinação de policiais e bombeiros à figura do presidente Jair Bolsonaro, como se ele estivesse incentivando o movimento.

No entanto, a postura de Bolsonaro foi exatamente o oposto. Atendeu ao pedido de Camilo Santana, enviou as tropas nacionais e o Exército, e ainda estendeu por mais uma semana o decreto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Ceará.

Durante a live de quinta-feira (27/2), Bolsonaro mostrou que está atento à crise no Ceará e ainda indicou que o governador fizesse esforço para chegar a um acordo.

Aurizio Freitas acredita em ampliação do clima de insatisfação. “Naturalmente há impactos na qualidade do serviço. Situação que ocorrerá enquanto o Governo não colocar a segurança pública como prioritária, remanejando recursos de outras áreas. Uma mudança de modelo de gestão, deve priorizar a qualidade dos serviços, principalmente na Educação, Saúde e Segurança”, atesta.

